

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 397442

Classificação
05/03/02

Data
9/6/23

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2845 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>2416</u> / 200 <u>9</u>
Q Secretário da Mesa <u>Recorreis</u>

Assunto: **Dificuldades burocráticas das empresas agrícolas acederem às linhas de crédito bonificado 2008/2009 para a pecuária intensiva e para as pequenas e médias explorações agrícolas**

Destinatário: **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

*Por determinação do SESP/AR, a
Sra. Secretária da Mesa.*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

09.06.24

[Handwritten signature]

Uma Confederação Agrícola dirigiu-se ao Grupo Parlamentar do PCP colocando as seguintes questões, que são, aliás, do conhecimento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

«Por um lado, as citadas linhas de crédito bonificado já se si são muito insatisfatórias por serem a curto prazo e com tectos do «minimis» europeu (até 7 500 Euros de auxílios).

Entretanto, os eventuais interessados (necessitados) são remetidos para o IFAP **em Lisboa** para aí obterem informação directa uma vez que os (ex) serviços regionais do IFADAP/IFAP foram primeiro desmantelados para alegadamente se integrarem (?) nos serviços das Direcções Regionais de Agricultura.

Ora, quando se tenta obter essa indispensável informação directa para elaborar uma candidatura, a primeira dificuldade é aceder “à fala” com o IFAP em Lisboa, o que se tem revelado muito difícil pelos canais ditos de “atendimento ao público” do IFAP.

Ou seja, na prática, o “sistema” não funciona e também assim prejudica a Agricultura e os Agricultores. E quando se consegue (milagre!) o “diálogo” telefónico também este se revela limitado assim como a Internet.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Deve ser por isso mesmo, para esconder falhanço, que o IFAP não responde quando a CNA se lhe dirige formalmente a requerer dados sobre o número de candidatos e de aprovações no âmbito das referidas Linhas de Crédito.»

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas estão combinadas para ampliar os prazos e os plafonds de crédito para o sector agrícola?
2. Que avaliação faz o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas das queixas feitas relativamente ao funcionamento do IFAP na operacionalização das referidas linhas de crédito? Que medidas estão em curso para responder a essas deficiências do IFAP?
3. Que balanço é feito da concretização dessas linhas de crédito até ao fim do primeiro semestre de 2009, em termos de número de agricultores abrangidos, de empresas abrangidas e de volume de crédito concedido?

Palácio de S. Bento, 23 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes